



16-12-2015

ORÇAMENTO DA JUSTIÇA EM 2016

Advogados reclamam mais meios para tribunais de comércio

Miguel Baltazar

A pensar nos clientes, os advogados que dão apoio às empresas defendem que o próximo orçamento da Justiça deve apostar na melhoria dos tribunais de comércio e no sector da cobrança de dívidas.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Os tribunais de Comércio, sobretudo os juízos que tratam de insolvências de empresas, e o sistema de cobrança judicial de dívidas – acção executiva – são as duas áreas da Justiça que, no próximo ano, devem ter um reforço da dotação orçamental. Se os prestadores de serviços jurídicos às empresas decidissem o próximo Orçamento do Estado, era essa a aposta que fariam. Ainda assim deixam propostas à ministra da Justiça, Francisca Van Dunen.

A pensar nos clientes, o advogado João Espanha entende que “o sector que mais carece de atenção tem que ver com os litígios em sede comercial, com particular destaque para os processos executivos e aqueles que correm nos tribunais de comércio”, em particular as insolvências.

Em sua opinião, é urgente a diminuição das pendências que existem nestes tribunais e que, afiança o líder da Espanha &



A advocacia vocacionada para as empresas quer que a ministra da Justiça aposte, em termos orçamentais, na resolução dos problemas que afectam os tribunais do comércio.

Associados, são prejudiciais ao funcionamento da Justiça, sendo aliás apontadas como um dos principais factores de entrave à entrada no país de investimento directo estrangeiro.

“Câmaras de falências”

A opinião é partilhada por Nuno Libano Monteiro, sócio da PLMJ, para quem, colocando o foco na justiça económica, deveria alargar-se a competência dos tribunais de comércio, “que hoje são essencialmente câmaras de falências”.

O mesmo advogado defende que o tribunal de comércio devia

ser o tribunal da empresa, com juízes preparados para conhecer de matérias económicas e financeiras”.

Por se ter revelado uma medida positiva, o sócio da Raposo Bernardo & Associados entende que a aposta “nos tribunais de competência especializada deve ser aprofundada e alargada a outras áreas do direito”. Além desse aspecto, considera ainda que se justifica “repensar a localização desses tribunais, o que pode passar por manter os existentes onde se encontram mas não deixando de se criarem outros, especialmente nos grandes centros urbanos”.

Tanto mais que, como avança Carlos Soares, advogado responsável pelo departamento de contencioso da Gómez-Acebo & Pombo em Portugal, alguns tribunais “estão praticamente bloqueados, sendo os tempos de decisão incompatíveis com os imperativos constitucionais e as legítimas expectativas dos cidadãos”. Isto aplica-se, por exemplo, a “boa parte dos juízos do comércio, quer a tribunais administrativos e fiscais”.

Mais dinheiro resolve?

João Espanha admite que atirar dinheiro para cima dos

problemas não os resolve. Em todo o caso, como refere Rui Pena, sócio da CMS-RPA, “qualquer sistema necessita de meios para poder funcionar adequadamente”. E a verdade é que, insiste, o sistema de justiça não foge à regra. Pelo que, recorrendo a um aforismo popular, Rui Pena lembra que “não se podem fazer omeletes sem ovos”.

“Embora não possa ser considerado um critério preciso, pela inconstância da integração ou não integração de variados factores, designadamente as receitas próprias e as despesas de investimento, e de uma pequena

Pedida melhor gestão nos tribunais e menos experiências na Justiça

TOME NOTA

Quatro propostas para a ministra da Justiça

Incentivar a extinção de processos antigos, criar um Cítiu que considere as sociedades de advogados ou permitir aos juizes contratações de especialistas são algumas das propostas para Francisca Van Dunen.



Qualquer sistema necessita de meios para poder funcionar adequadamente. O sistema de justiça não foge à regra.

RUI PENA
Advogado, sócio da CMS-RPA

É urgente a diminuição das pendências que existem nos tribunais de Comércio e que são prejudiciais ao funcionamento da justiça.

JOÃO ESPANHA
Advogado, sócio da Espanha e Associados



parte dos recursos afectos aos tribunais superiores integrar os "encargos gerais do Estado", a análise das verbas afectas globalmente ao Ministério da Justiça, nos sucessivos orçamentos gerais do Estado, pode explicar alguma coisa quanto à degradação que se tem vindo a verificar", enfatiza Rui Pena. Segundo os números que avança, há dez anos a dotação orçamental da Justiça andava nos 950 milhões de euros, um valor semelhante ao inscrito para o sector no presente ano. ■

Não ao experimentalismo, apostar na gestão profissional dos tribunais ou criar tribunais para a actividade económica, estas são algumas das ideias que um conjunto de advogados inquiridos pelo Negócios gostariam de ver adoptadas pela nova equipa que tutela a Justiça.

"Um dos vícios que gostava de ver desaparecer é o experimentalismo de que a nossa Justiça tem sido objecto ao longo dos últimos anos. É o único pedido que faço à nova ministra da Justiça", avança o advogado Rui Pena. O sócio da CMS-RPA sustenta que por força de um exagerado "espírito reformador", o nosso sistema de justiça "nunca encontrou nem a consistência, nem a estabilidade necessárias e exigíveis para poder responder adequadamente às necessidades dos cidadãos e das empresas".

Sabe-se que "há muito a fazer no campo da informatização da Justiça, quer nos tribunais judiciais quer nos tribunais administrativos e fiscais", observa Carlos Soares, responsável pelo departamento de contencioso da Gomez-Acebo & Pombo em Portugal. Por tal razão, defende o mesmo advogado, "seria bom que todos os processos, em todas as fases, incluindo o recurso, fossem desmaterializados. Há diversos actos que deveriam ser praticados sem necessidade de intervenção humana, como a emissão de certidões ou notificação de actos judiciais".

Pela gestão profissional

Um enfoque colocado "na gestão e reorganização, e menos na reinvenção da roda ou em revoluções judiciais" é o que pede João Espanha. Tacticamente, sublinha, "talvez seja necessário recuperar e aplicar, eventualmente dando-

lhes carácter definitivo, algumas medidas de emergência já testadas no passado com bons resultados".

A este nível, o sócio da Espanha & Associados, aposta no "incentivo à extinção de processos antigos, e que se encontram pendentes há anos, sem que as partes os extingam, nomeadamente através da isenção de custas em caso de desistência".

Mexer pouco, mas bem

Nelson Bernardo, sócio da Raposo Bernardo e Associados, deixa a sugestão para que se proceda "à realização de importantes aperfeiçoamentos à última reforma da justiça". Embora defenda que "não podemos continuar a alterar todo o sistema judicial a cada Governo que temos", entende também que há âmbitos onde é preciso proceder a alterações, como o mapa judiciário ou a continuada ineficiência da acção executiva (cobrança de dívidas).

Nelson Bernardo é também um defensor da adopção de medidas concretas para a profissionalização da gestão dos tribunais, o que em seu entender "em muito contribuiria para ganhos de eficiência a todos os níveis".

Essa é aliás uma das propostas feitas pelo sócio da PLMJ, Nuno Libano Monteiro, que defende ainda a possibilidade de os juizes, em caos mais complexos, poderem contar, de forma episódica, especialistas que os ajudem. Além deste aspecto há um alerta que deixa à tutela de Justiça: "proporia que se tentasse não mexer nas reformas que foram feitas pelos anteriores governos, a fim de dar estabilidade à administração da justiça". ■

INCENTIVO A EXTINÇÃO DE PROCESSOS ANTIGOS

Uma das propostas que é feita à ministra é o incentivo à extinção de processos antigos, e que se encontram pendentes há anos, sem que as partes os extingam, nomeadamente através da isenção de custas em caso de desistência.

CITIUS PARA FIRMAS DE ADVOGADOS

A proposta é avançada pelo advogado João Espanha e defende a adopção de um Cítiu que considere as sociedades de advogados e não apenas o advogado singular.

MAIOR RAPIDEZ E ESPECIALIZAÇÃO

Uma das medidas defendidas pelo advogado Nuno Libano Monteiro passa por permitir aos juizes a contratação em determinados casos de colaboradores para o auxiliar em matérias muito especializadas.

DAR ESTABILIDADE ÀS ANTERIORES REFORMAS

Consensual é a proposta para que se tentasse não mexer nas reformas que foram feitas pelos anteriores governos, a fim de dar estabilidade à administração da justiça.

16-12-2015

Tiragem: 12402

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Economia, Negócios e

Pág: 1

Cores: Preto e Branco

Área: 6,19 x 2,31 cm²

Corte: 3 de 3

ADVOGADOS

Juristas reclamam mais meios
para tribunais de comércio

LEX 24 e 25